

**Livros e Professores no Espírito Santo dos Séculos XVIII e XIX:
Algumas contribuições em dados e fontes.**

André Luiz Bis Pirola*

RESUMO: O presente estudo foi desenvolvido no âmbito do Projeto HADES (História e Acervo Didático no Espírito Santo), promovido pelo LAHIS/ UFES. Seu objetivo, em uma primeira fase, foi identificar a circulação e usos de livros didáticos no Espírito Santo entre os séculos XVIII e XIX. Foram analisados acervos tanto no Estado quanto em Portugal (IAN-Torre do Tombo). Fundamentamo-nos em uma perspectiva Histórico-Cultural, Chartier (1990, 2000, 2007) e estudos de Abreu (2003). Pressupomos que a análise é fundamental à compreensão de como se constituíram determinadas representações e comunidades de leitores neste estado. Concluimos mapeando algumas personagens e instituições importantes à História do Ensino de História no estado, pensando contribuir à compreensão de determinadas comunidades que, ainda hoje, propõem representar o Espírito Santo segundo seus próprios interesses.

Palavras-Chave: Livros Didáticos – Ensino de História – História da Educação

RESUMÉ: Cet étude a été développée sous le Project HADES (Histoire et Fond Didactique au Espírito Santo – Brésil), promu par le LAHIS/UFES. Il a eu comme objectif, dans une première étape, identifier la circulation et les usages des manuels scolaires et des impresses pédagogiques au Espírito Santo pendant les siècles XVIII et XIX. Il a analysé fonds documentaires au Espírito Santo et à Portugal - (IAN – Torre do Tombo). Nous nous sommes basées sur une perspective de la Histoire Culturelle, Chartier (1990, 2000, 2007), et sur les études de Abreu (2003). Nous avons présumé que l'analyse de la circulation des oeuvres est fondamentaux pour la compréhension de comment a été constitué certes representations et communautés de lecteurs au Espírito Santo. Nous avons conclu par faire une carte de certes personnages et institutions que nous pensons contribuer pour la comprehension de certes communautés qui, encore aujourd'hui, proposent représenter le Espírito Santo selon leurs propres intérêts.

Mots-clé: Manuels Scolaires – Enseignement de l'Histoire – Histoire de l'Education

Em 22 de novembro de 1758 era despachada, pelo Conselho Ultramarino, ao Bacharel Francisco de Salles Ribeiro – Ouvidor da Comarca da Capitania do Espírito Santo – a Ordem de Sua Majestade, que, desejando favorecer os seus “Vassalos Índios” do Espírito Santo, para que consigam a “inteira liberdade das suas pessoas” e “conservem [...] a plena Administração de suas famílias, de seu Commercio e dos seus bens”, resolve “o que é melhor para se civilizarem e poderem instruir-se [...]”. Assim, no documento, o rei, dentre outras ordenações, faz saber a sua intenção em realizar a escolha – entre os índios com a necessária inteligência

* PUC-SP. Doutorando. CAPES.

ou, em sua falta, de português com as referidas qualidades – de alguém que se encarregue da “[...] obrigação de ensinar a ler e escrever aos meninos da Villa (de Nova Almeida) [...]” (ESPÍRITO SANTO, 1945: 30).

Consumando suas intenções, em 21 de julho de 1759 era decretada, por D. José I, a expulsão dos jesuítas do Brasil e, em carta régia de 23 de agosto de 1759, manda “seqüestrar-lhes os bens, e reuni-los no Colégio da Bahia” (FREIRE, 2006, p.200). É justamente o *inventário dos bens dos jesuítas*¹, no Espírito Santo, uma fonte privilegiada sobre os possíveis livros usados até o século XVIII, especificamente, pelo documento que arrolou aquilo que restou da execução da ordem real dada, em 1759, ao Sr. João Pedro de Souza de S. Ferraz: “[...] fosse imediatamente ao Colégio dos Jesuítas e pusesse-lhe logo cerco com a guarda que levava consigo e mais gente se fosse preciso [...]” e fizesse o seqüestro dos bens dos jesuítas (DAEMON, 1879:183).

Assim, os livros constantes do inventário são: - *Desejos de Jô*; - *Martyrologio Romano*; - *Cathecismo geral de doutrina*; - *Josefina Evangelica, Theologia Moral*; - *Locrision de Dios*; - *Officios de reza e privilégios*; - *Breviários* (DAEMON, 1879:183-184)².

Neste mesmo universo de imposição daquilo que pode e deve ser lido, também são valiosas as investigações da circulação, comércio e, principalmente, a atuação da Real Mesa Censória no trânsito das obras entre Metrópole e Colônia. A empreitada assume espectro ampliado, se considerarmos, sobretudo, que o movimento de livros ao Brasil era muito mais intenso que aquele registrado entre as próprias cidades portuguesas ou em outras colônias. Assim, dentre outros recortes cronológicos, entre 1769 e 1826, nos órgãos censores portugueses, figuram vários pedidos de autorização de envio de livros para quase todas as partes do Brasil (ABREU, 2003:27)³. Encontramos, nos arquivos do Tombo, dando apenas uma exemplo, o documento de 30 de abril de 1802, referente à solicitação do então Ouvidor da Capitania Manoel Baptista Filgueiras que precisa levar consigo para aquele lugar os livros da relação inclusa⁴: - *Obras de Msr. Pacoal José de Mello*; - *As Memórias da Literatura Portuguesa*; - *O Corpo do Direito Civil*; - *As Ordenações grandes e repertórios*; - *As*

¹ Transcrição da *Carta de Arrematação e escritura de bens de raiz seqüestrado*, realizada por Maria Clara Santos Neves, disponível em <http://www.estacaocapixaba.com.br/textos/historia/ihgb/bens_jesuistas.html>

² Somente trinta e um anos depois do seqüestro e arrolamento é que, por Carta Régia do Vice-Rei do Brasil, de 20 de Julho de 1780, o Ouvidor e Corregedor da Capitania deu início à avaliação dos bens dos Jesuítas.

³ Alguns dados aqui trabalhados foram expostos parcialmente em LEITE e PIROLA (2007), que demonstram alguns resultados de uma pesquisa mais ampla realizada em Portugal pelo pesquisador.

⁴ “Catálogos: Exame dos livros para saída do reino”. Destino: Espírito Santo, caixa 163. Arquivos Nacionais Torre do Tombo (RMC-ANTT)

Coleções das Leis Pátrias; - os Sistemas dos Regimentos; - Regulamento Militar e Prático Criminal; - Obras de Heineccio.

É interessante a presença das *Obras de Heineccio*, entre as demais obras que vinham para o Espírito Santo, constante, também, como obra privilegiada das *Instruções para os professores de Grammatica Latina, Grega, Hebraica e de Rethórica* que acompanhavam o *Alvará Régio*. Neste sentido, são coerentes os indícios de posse e uso, no Espírito Santo, dentre outras, da *Gramática* de Antonio Pereira – indicação pombalina obrigatória (SEQUEIRA, 1893:71). É assim, também, que entendemos o Espírito Santo como parte estratégica da aposta pombalina. De fato, foram nos limites da então Capitania, que passaram, catequizaram e viveram padres de crucial relevância para o projeto pedagógico inaciano. O Colégio de São Tiago, bem como o núcleo jesuítico da Aldeia dos Reis Magos, por exemplo, dão conta das manobras que tinham em vista o desenvolvimento, criação e reiteração da educação loyolista. Tal relevância não passaria despercebida às pretensões reformistas do Ministro de D. José I. Indício demonstrado, na própria deflagração, no Espírito Santo, do Diretório Real destituindo os poderes da Companhia de Jesus e transferindo-os às mãos dos “Vassalos Índios d’El Rey” .

Professores

Não obstante a ordem ser despachada em 1758, o “Escrivão da Correição”, Ignácio Maciel Toscano, somente trasladaria a Ordem dos *professores-índios* dois anos depois, em 10 de julho de 1760. Compreendendo o documento no âmbito dos problemas da difusão das novas instruções josefinas veremos que, por volta dessa mesma época, tais problemas não eram privilégio desta Capitania. Em carta de 10 de agosto de 1765 para o Des. Castelo Branco, o Diretor Geral dos Estudos, atendendo a uma demanda do rei, afiançava que as Capitanias do Espírito Santo, bem como as cidades do Rio de Janeiro e São Paulo, ainda se encontravam “sem professores públicos que ensinem a mocidade”, e restringia essa ausência à cadeira de gramática latina, lastimando que a mocidade ficasse a ignorar “ainda os primeiro elementos dela” (ANDRADE, 1978:43). Ao que tudo indica, a diligência do Diretor Geral deu resultado, pois, em 1770, vinha de Portugal para Vitória o professor Domingos Barbosa e Torres de Pita Rocha (CARVALHO, 1978). Oficializando o processo, em 15 de abril de 1771, era emitido, em Lisboa, o Decreto do Rei D. José I concedendo nomeação a Domingos Fernandes Barbosa para professor de Gramática Latina na Vila de Vitória na Capitania do

Espírito Santo (ESPÍRITO SANTO, 2000). Algumas fontes apontam para uma curta permanência de Domingos Fernandes Barbosa na cadeira de Gramática Latina⁵, inclusive outras já apontam seu substituto. De fato, em 14 de junho 1775, o Padre Marcelino Pinto Ribeiro Pereira assumia as funções de professor, a qual exerceria até 20 de abril de 1827 (ELTON, 1987).

Durante esse período, o Padre Marcelino também atuaria como examinador nos processos de seleção de mestres que assumiriam as *aulas* em outras localidades. No entanto, não estaria sozinho. Ao longo do processo de exames, o professor da cadeira de gramática contaria com a presença de José das Neves Xavier, professor da cadeira de primeiras letras e também examinador que, certo da carreira que abraçara, pedira, em 20 de fevereiro de 1806, provisão, “pelo restante de sua vida”, da propriedade do ofício de professor de ler escrever e contar (ESPÍRITO SANTO, 2000:113).

Outra importante personagem à compreensão da produção didática no Espírito Santo, em 1811, aos vinte e um anos, obtinha uma cadeira de gramática e língua latina, em Vitória, Luis Alves da Silva de Azambuja Suzano que, segundo o *Dicionário Bibliográfico* de Inocêncio Francisco da Silva, de 1860, nascera em 1791⁶. Paralela a uma longa trajetória de serviços públicos no Espírito Santo, Azambuja Suzano será, a rigor, um dos primeiros escritores didáticos, senão o primeiro, a promover uma produção sistemática de obras didáticas que atravessarão décadas e serão referências nacional e internacional (ROCHA, 1977). Legaria, já no início do século XIX, um pioneiro compêndio de ortografia portuguesa que, publicado em 1826, encontramos sua referência nos catálogos da Direção de Serviços de Documentação da Faculdade de Letras da Universidade do Porto⁷: - *Compendio de orthographia extrahido de varios auctores, para facilitar á mocidade o estudo d'esta parte da grammatica*. Rio de Janeiro, Tip. de Torres, 1826 - iii-54 p. Suzano, Luis da Silva Alves de Azambuja.

Um ano após a publicação do compêndio para facilitar o estudo da mocidade, o novo Imperador promove o *Decreto das Escolas de Primeiras Letras*, porém, já na mensagem de 1º de agosto de 1822, o Príncipe Regente declarava o compromisso com a instrução pública nacional baseada em uma educação liberal (FERNANDES, 2005). A Província do Espírito Santo confirmaria as intenções imperiais e, já em maio de 1823, através de correspondência

⁵ Em 21 de julho de 1807, o mestre régio Domingos Fernandes Barbosa Pita Rocha, em requerimento ao Príncipe Regente D. João, pedirá provisão para poder advogar por tempo de três anos na Vila de São Salvador dos Campos de Goitacases (ESPÍRITO SANTO, 2000).

⁶ Afonso Cláudio em “História da Literatura Espírito Santense” cita 1785 (ROCHA, 1977).

⁷ Disponível em: <http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/artigo7481.PDF>

da Corte, era demandada a enviar “[...] um ou dois indivíduos retirados da Tropa de Linha [...] para aprenderem o mencionado Methodo”⁸ (BORGO, 2003:169). Obedecendo às determinações, foram escolhidos o furriel José Joaquim de Almeida Ribeiro e o sargento Manoel Serafim dos Anjos, mas apenas o primeiro esteve no Rio até fevereiro de 1824, quando retornou ao Espírito Santo.

A sala seria criada, finalmente, em 14 de setembro de 1824, no antigo Colégio dos Jesuítas, e instalada na gestão de Ignácio Accioli de Vasconcellos, justamente o presidente da Província da transição para o Império Brasileiro (BORGO, 2003). Em 1829, passados quatro anos de atuação como *professor lancasteriano*, o antigo furriel José Joaquim de Almeida Ribeiro, em ofício ao presidente da Província, atestava que “[...] acha-se a sala de ensino incapaz de se trabalhar em tempos de chuva [...] e já parte do forro da sala apodrecido pelo longo tempo, que neste estado se acha.” (ESPÍRITO SANTO apud BORGO, 2003:170).

O professor José Joaquim Ribeiro continuará solicitando instrumentos, materiais e tudo o mais que lhe facultaria a consecução do seu trabalho docente. Pela sua persistência e preservação dos respectivos documentos, nos é legada a listagem contendo os títulos dos primeiros materiais didáticos daquela sala do antigo colégio dos Jesuítas. O ofício, de março de 1832, arrola “os exemplares, e mais impressos que faltão[...], desde 1830”:

- *Exemplares de Multiplicação; - Ditos de divisão; e regra de três simples e composta; - Methodo de ensinar em ordens; - Deveres para os decuriões; - Insigneas de vergonha; - Bilhetes de Decurioes; - Ditos recomendatorios; - Ditos de primeiro, e de Moniteur; - Ditos de accusação, e de vergonha; - Princípios da História Sagrada, a chegar a vida de Jacob: por faltar na collecção que existe, como também os n.ºs 8, 11, 23, 24, 26, 28, 30 da mesma História correspondente á décima classe; - História do Brazil; - Melhor collecção de exemplares de Grammatica, com sua competente parte Orrthográfica; - Exemplares das noções, e figuras geométricas; e instrumentos para praticamente as aprenderem* (ESPÍRITO SANTO, apud BORGO, 2003:172).

Professores-Autores

Roger Chartier (2000; 2001) já apontava para a necessidade de discutir questões relativas à autoria, sobretudo se considerarmos que, hoje em dia, um escritor de livro – didático – não está sozinho na produção de sua obra. Autor, revisor, editor, ilustrador e toda uma equipe estão juntos dividindo a autoria. O conceito de função-autor torna-se, assim,

⁸ De acordo com Borgo (2003), o documento, dentre outros, encontra-se no Livro nº 25 (série Accioly). Fls. 34 e 35, verso, Arquivo Público do Estado do Espírito Santo.

fundamental para a compreensão dos conflitos existentes nesse processo, ao articular os diferentes sujeitos que definem a produção de um livro, em nosso caso, didático. Destacamos, nesse sentido:

- *Arte de ler e de escrever em pouco tempo* -1842⁹, do Padre Marcelino Duarte, patrono da cadeira nº 1 da Academia Espírito-Santense de Letras, mais lembrado por seus romances e poemas; - *Syllabario para ensinar a ler a língua portugueza. Rio de Janeiro, Tip. Universal de Laemmert (1848)*¹⁰ e *Gramática Portuguesa para uso das escolas primárias*, ambas as obras, de Azambuja Suzano e adotadas nas escolas espírito-santenses por ordem do presidente da província Luis Pedreira Couto Ferraz (ROCHA, 1977, p. 79); - *Catecismo Histórico e Político seguido de máximas e pensamentos de diversos autores* (1859), de José Marcelino Pereira de Vasconcellos; - *Systema para estudar a Grammatica Portuguesa por meio da Memória, Intelligência e Análise, Ajudando-se Mutuamente*, publicado em 1862 e impresso na Typografia de Pedro Antonio de Azeredo, do Professor José Ortiz.

Obras Didáticas no Ateneu Provincial

No âmbito dos estudos da disciplina História Universal, um exemplo clássico é a tradução do livro de Victor Duruy, *Compêndio da História Universal*, contemplado pelo programa de 1873 do Ateneu Provincial da capital espírito-santense. O livro adotado pelo Ateneu é de autoria de um personagem ilustre no contexto educacional francês e sua importância é citada recorrentemente por diversos pesquisadores. Segundo Jean Hébrard (2004), Duruy, inauguraria uma importante reforma na instituição, principalmente em se tratando do processo de constituição, difusão e consolidação das bibliotecas escolares na França. Por sua vez, Elizabeth Parinet (2004) aponta que, no mesmo ano, com o aumento do número de obras didáticas, o sistema que autorizava o seu uso nas escolas se tornou tão complexo que Duruy adotou um sistema mais flexível. Assim, a escolha dos manuais foi transferida aos professores, através das comissões departamentais. Já a pesquisadora Circe Bittencourt demonstrará como essa obra foi *apropriada* no processo de tradução que, dentre outros objetivos, visava adaptar o livro aos programas escolares brasileiros. É assim que, a fim de constar nos currículos espírito-santenses, por exemplo, essa obra precisava ser reformulada, visto que em seu conteúdo original não havia lugar para o continente americano

⁹ Citado na “*Linha do Tempo Infantis e Didáticos*”, do Projeto Memória de Leitura da Unicamp, coordenado por Marisa Lajolo e Márcia Abreu. Disponível em <<http://www.unicamp.br/iel/memória>>.

¹⁰ Direção de Serviços de Documentação da Faculdade de Letras da Universidade do Porto. <http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/artigo7471.PDF>

e o Brasil sequer figurava nas “grandes descobertas portuguesas” (BITTENCOURT, 1993:179).

Dentre as demais obras do regulamento de 1873, do Ateneu Provincial (MOACYR, 1940, III), temos, além das nacionais, outros exemplos de obras clássicas e estrangeiras: - *Gramática de Clintock* (Latim); - *Sintaxe de Dantas* (Latim); - *Gramática Sevene* (Francês); - *Novo Curso Robertson* (Inglês); - *Selecta Blair* (Inglês); - *Curso Superior Sá* (Arithmetica); - *Psicologia e Lógica Barthes* (Filosofia); - *Rethorica Freyre de Carvalho*; - *Ética de Barbe* (Filosofia); - *História da Filosofia Barbe*; - *Curso Especial de Fernandes Pinheiro* (Literatura).

Considerações

Cotejar memorialistas e historiográficos com os decretos, falas e relatórios oficiais que abarcam os séculos XVIII e XIX revelou-se muito proveitoso para o levantamento dos livros, livros didáticos e suas respectivas contextualizações. Conflitos entre as forças mantenedoras de determinadas leituras, sobretudo da realidade produzida, sempre foram móveis privilegiados de produção de textos e suportes. Em específico, tendo em vista a complexidade do embate entre pombalinos e jesuítas pelo controle do pensamento na Colônia – o qual passava necessariamente pela imposição do que deveria ou não ser lido, difundido, ensinado – compreendemos a importância e a articulação de diferentes agentes – livros e professores - na constituição da produção didática no Brasil e, especificamente, no Espírito Santo.

Já no Império, por exemplo, havia um contexto onde a experiência pedagógica do autor didático passou a ser critério de legitimação da obra diante de, agora, um outro público consumidor. No final deste período, os ganhos financeiros justificavam a atividade literário-didática, com destaque, nessa época, para as editoras Francisco Alves e FTD (esta última de propriedade dos irmãos maristas). Destaca-se, no Espírito Santo, indícios de posse, uso e circulação das obras de João de Deus, Abílio César Borges (aproximadamente 10 mil obras “doadas”), Felisberto de Carvalho, entre muitos outros (PIROLA, 2008).

Estratégias, ações e reações dentro de um amplo espectro de lutas entre práticas e representações de mundo. Foi exatamente sob este prisma, que entendemos, ao longo de nossa pesquisa, os decretos, instruções, apreensões, mas também os livros, as Gramáticas, e as contratações de mestres, como dispositivos para refrear ou expandir determinadas práticas culturais. Estratégias que instituíram uma *leitura forçada*, de mundo e de obras, principalmente didáticas. Livros e Professores, a rigor, refletem seus diversos conflitos,

constituintes do próprio espaço de sua localização, representação e disseminação. Tal concepção pôde ser identificada, mesmo que de forma inicial, nos diversos contextos de retração e ampliação de políticas educacionais que criaram e mantiveram condições para o nascimento e permanência dos livros enquanto suportes específicos e articulados com a ordem vigente. Proposições cujas finalidades apontavam para a propagação de determinadas atitudes, sobretudo, via saberes escolarizados.

Finalmente, socializar as fontes, títulos e demais resultados foi, então, a tônica privilegiada. Recuperar, ainda que parcialmente, a relação dos autores com suas obras, foi o caminho à compreensão sobre o objeto desta pesquisa, uma vez que procuramos também contribuir, na perspectiva da História Cultural, com trabalhos de outros historiadores-professores, construtores privilegiados de uma História do Livro no Espírito Santo .

Referências

ABREU, Márcia. **Os caminhos do livro**. São Paulo: Mercado de Letras, 2003.

ANDRADE, Vera L. Cabana de Queiroz. **Colégio Pedro II: um lugar de memória**. 1998. 150f. Tese (Doutorado em História Social) Programa de Pós-Graduação em História Social, IFCS/ Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 1998.

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. **Livro didático e conhecimento histórico: uma história do saber escolar**. 1993. 369 f. Tese (Doutorado em História Social). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo. 1993.

BORGIO, Ivantir Antonio. A Experiência do ensino mútuo na Província do Espírito Santo In ACHIAMÉ, Fernando; NEVES, Reinaldo Santos (orgs.) **O Reino Conquistado: estudos em homenagem a Renato Pacheco**. Vitória: IHGES, 2003. P. 169 – 173.

CARVALHO, Laerte Ramos. **As reformas pombalinas da instrução pública**. São Paulo: Saraiva, 1978.

CHARTIER, Roger. **El orden de los libros: lectores, autores, bibliotecas en Europa entre los siglos XIV y XVIII**. Traducción Viviana Ackerman. Barcelona: Editorial Gedisa, 2000a.

_____. **Cultura escrita, literatura e história: conversas de Roger Chartier com Carlos Aguirre Anaya, Jesús Anaya Rosique, Daniel Goldin e Antonio Saborit**. Tradução de Ernani Rosa. Porto Alegre: Artmed, 2001.

DAEMON, Basílio Carvalho. **Historia e Estatística da Província do Espírito Santo**. Vitória: Typografia Espírito Santense, 1879.

ELTON, Elmo. **A Academia Espírito-santense de Letras: Patronos e Acadêmicos**. Vitória: AEL, 1987.

ESPIRITO SANTO. Arquivos do Espírito Santo. **Livro Tombo da Vila de Nova Almeida**. Vitória: Imprensa Oficial do Espírito Santo. 1945.

ESPIRITO SANTO. **Catálogo de documentos manuscritos avulsos da capitania do Espírito Santo (1585 – 1822)**. Vitória: Secretaria de Estado da Cultura e Esporte/ Governo do Estado do Espírito Santo, 2000. Disponível em <<http://www.ape.es.gov.br>> Acesso em 31 de maio de 2007

FERNANDES, Rogério. As Cortes Constituintes da nação portuguesa e a educação pública. In STEPHANOU, Maria e BASTOS, Maria Helena Câmara (orgs). **Histórias e Memórias da Educação**: volume 2 – século XIX. Petrópolis (RJ): Vozes, 2005. P. 19 - 33

FREIRE, Mário Aristides. **A Capitania do Espírito Santo**: crônicas da vida capixaba no tempo dos capitães-mores (1535-1822). 2ª edição ampliada e anotada pelo Autor, organizada por ACHIAMÉ, Fernando; NEVES, Reinaldo Santos. Vitória: Floricultura, 2006.

HEBRARD, Jean. As bibliotecas escolares. Tradução de Maria de Lourdes Matêncio. In. MENEZES, Maria Cristina (org). **Educação, Memória, História**: possibilidades, leituras. Campinas: Mercado das Letras, 2004.

LEITE, Juçara Luzia. Construção identitária e livro didático regional de História: uma prática geracional de escrita de si. In OLIVEIRA, Margaria Mª Dias de., e STAMATTO, Mª Inês S. (orgs.) **O livro didático de História**: políticas educacionais, pesquisas e ensino. Natal: EDUFERN, 2007. P. 189 – 198.

LEITE, Juçara Luzia; PIROLA, André Luiz Bis. O livro didático no Espírito Santo: o desafio das fontes. In SILVA, Gilvan V.; SIMÕES, Regina Helena S.; FRANCO, Sebastião P. (orgs). **História e Educação**: territórios em convergência. Vitória: GM/ PPGHIS-UFES, 2007. P. 197-216.

MOACYR, Primitivo. **A instrução e as províncias** (subsídios para a História da Educação no Brasil). São Paulo: Cia. Ed. Nacional, vol. 3, 1940.

PARRINET, Elizabeth. **Une Histoire de l'édition à l'époque contemporaine XIX-XX siècle**. Paris: Ed. Seuil, 2004.

PIROLA, André Luiz Bis. **O Livro Didático no Espírito Santo e o Espírito Santo no Livro Didático**: História e Representações. 2008. 265f. (Mestrado em Educação). Programa de Pós Graduação em Educação. Universidade Federal do Espírito Santo.